

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRISCILA FLORÊNCIO

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA ANÁLISE NA DISTRIBUIÇÃO
DE VALOR DAS EMPRESAS LISTADAS NA BOVESPA NO SEGMENTO DE
BANCOS**

**FLORIANÓPOLIS
2012**

Priscila Florêncio

Distribuição do valor adicionado: uma análise na distribuição de valor das empresas listadas na Bovespa no segmento de bancos.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para a obtenção de título de bacharel em Ciências Contábeis.

Prof. Orientador: Irineu Afonso Frey, Dr.

FLORIANÓPOLIS
2012

Priscila Florêncio

Distribuição do valor adicionado: uma análise na distribuição de valor das empresas listadas na Bovespa no segmento de bancos.

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pelo (a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, 12 de dezembro de 2012

Professor Roque.....Dr

Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Irineu Afonso Frey, Dr

Orientador

Joisse Antonio Lorandi, Dr

Membro

Darci Schoneremberger

Membro

Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso aprendemos sempre.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais, pelo apoio e por me impulsionarem para que eu não desistisse nos momentos difíceis, me ajudando a superar as limitações e lassidão que, por inúmeras vezes surgiram nessa caminhada.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, e aos professores que me acompanharam durante todo o curso. Agradeço pela dedicação e por proporcionarem, assim, um melhor preparo na formação para o exercício da profissão.

Agradeço em especial ao Prof. Irineu Afonso Frey, que sempre se colocou a disposição para auxiliar no que era preciso. Dedicou seu tempo com compreensão e atenção, me auxiliando na conclusão deste trabalho.

Agradeço também aos amigos, pelo apoio e pelas palavras de conforto, que nos momentos difíceis me encorajaram a seguir em frente. Obrigada.

FLORENCIO, Priscila. **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:** Uma análise na distribuição de valor das empresas listadas na Bovespa no segmento de Bancos. 2012, 50 f. Trabalho de conclusão de Curso (Ciências Contábeis). Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO

A preocupação com a transparência faz com que as organizações empresariais busquem cada vez mais ações que reflitam sua preocupação e cuidado com o meio em que estão inseridas. As ações no âmbito da responsabilidade agregam valor à empresa e como consequência tem-se a valorização da organização empresarial pela sociedade. Para confirmar o quanto a organização está distribuindo de riqueza para os agentes econômicos, tem-se a Demonstração do Valor Adicionado. Este estudo buscou como objetivo principal analisar o comportamento da distribuição do Valor Adicionado das empresas listadas na Bovespa no segmento de bancos para o período de 2010 e 2011. Para a observação do comportamento da distribuição da riqueza, em um maior período de tempo, o estudo realiza um comparativo com os dados levantados por Rodrigues (2010). Para alcançar o objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória com o intuito de melhor familiarização com o assunto estudado. A pesquisa realizada possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. Foi utilizada pesquisa bibliográfica para o levantamento do referencial teórico e levantamento de dados para apurar a pesquisa. O grupo de empresas estudado foi composto por organizações bancárias de controle acionário privado e estatal. Os resultados obtidos mostram que para a distribuição por agente econômico, o agente mais beneficiado foi o de remuneração por capitais próprios. Para o grupo com controle acionário estatal, o agente que recebeu a maior distribuição do Valor Adicionado foi o de pessoal. Para o grupo de empresas com controle acionário privado, o maior percentual distribuído foi para o agente econômico remuneração de capitais próprios.

Palavras chave: Responsabilidade social, Demonstração do Valor Adicionado, Valor Adicionado.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – empresas listadas no segmento bancos	13
Quadro 2: Enfoque do Balanço Social	20
Quadro 3 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em geral	27
Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado para instituições bancárias	30
Quadro 5 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico em 2010	34
Quadro 6 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico em 2011	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição média do Valor Adicionado por agente econômico em 2010_____	33
Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado por controle acionário em 2010_____	35
Gráfico 3 - Distribuição média do Valor Adicionado por agente econômico em 2011_____	36
Gráfico 4 - Distribuição média do Valor Adicionado por controle acionário em 2011_____	38
Gráfico 5 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico_____	40
Gráfico 6– Distribuição do Valor Adicionado por controle acionário privado_____	41
Gráfico 7– Distribuição do Valor Adicionado por controle acionário estatal_____	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA E PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	11
1.4 METODOLOGIA	12
1.4.1 Enquadramento metodológico	12
1.4.2 População da pesquisa	13
1.4.3 Análise de dados	15
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	15
1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	17
2.1.2 Contabilidade e Responsabilidade Social	18
2.3 BALANÇO SOCIAL	19
2.3.1 Surgimento e histórico do balanço social	20
2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA	23
2.4.1 Breve histórico da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil	23
2.4.2 Conceitos e objetivos da Demonstração do Valor Adicionado	24
2.4.3 Estrutura básica da Demonstração do Valor Adicionado	26
2.4.5 Distribuição da riqueza	29
2.4.6 Demonstração do valor adicionado nas instituições financeiras	30
2.5 ESTUDOS SIMILARES	32
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO	33
3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA	33
3.2.1 Distribuição do valor adicionado em 2010 por agente econômico	33
3.2.2 Distribuição do valor adicionado em 2010 por controle acionário	36
3.2.3 Distribuição do valor adicionado em 2011 por agente econômico	37
3.2.4 Distribuição do valor adicionado em 2011 por controle acionário	39
3.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	40

3.3.1 Análise da distribuição do Valor Adicionado por agente econômico _____	40
3.3.2 Análise da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário privado _____	42
3.3.3 Análise da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário estatal _____	43
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	46
4.1 CONCLUSÕES _____	46
4.2 OPINIÃO DO AUTOR _____	47
4.3 RECOMENDAÇÕES _____	48
<i>Com o intuito de incentivar estudos futuros sobre o tema, pode-se recomendar os seguintes estudos:</i> _____	48
REFERÊNCIAS _____	49

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, as organizações empresariais buscam meios para melhor se relacionarem com o ambiente no qual estão inseridas. Tendo em vista a necessidade de divulgar informações referentes a cada exercício social encerrado, alinhando a necessidade de ter transparência, as empresas acabam por utilizar a governança corporativa. Segundo IBGC (2012): “A empresa que opta pelas boas práticas de Governança Corporativa adota como linhas mestras a transparência, a prestação de contas, a equidade e a responsabilidade corporativa”.

Deste modo, a governança corporativa é exercida através de suas linhas mestras e entre elas destaca-se a transparência. A transparência é um fator de suma importância e pode através das práticas adotadas na empresa com controles internos e auditoria, fornecer maior confiabilidade nos dados apresentados aos interessados e a todos em relação às informações divulgadas.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, foi determinada como sendo uma demonstração obrigatória para todas as companhias de capital aberto através da lei 11.638 de 2007. A Demonstração do Valor Adicionado expressa e evidencia o valor adicionado e sua distribuição entre governo (tributos municipais, estaduais e federais), parte de pessoal, remuneração de capital de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

Tendo em vista a estrutura da Demonstração do Valor Adicionado e as informações divulgadas por esta demonstração, a obrigatoriedade deste demonstrativo agrega valor às informações já divulgadas pelas demonstrações anteriormente a publicação da lei 11.638 de 2007. Sendo assim, através desta demonstração e suas possíveis análises, pode-se observar o modo como o valor adicionado pela entidade é distribuído entre os agentes econômicos envolvidos no cotidiano corporativo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

As organizações empresariais tem como meta a competitividade, buscando suprir as necessidades dos indivíduos e superar as carências do mercado. Para manter o ciclo de vida, muitas organizações buscam, ao longo dos tempos, investidores. Entretanto, o investidor, ao disponibilizar recursos financeiros para uma entidade empresarial, espera visualizar os rendimentos do valor investido. O retorno do capital investido pode ser visto em valores monetário e/ou em ações benéficas através de serviços, para a sociedade em geral.

Neste contexto, surge como tema de pesquisa a distribuição do Valor Adicionado das empresas listadas na BM&F Bovespa, no segmento de Bancos. Dentro deste estudo, o problema a ser respondido será: como as empresas do segmento de Bancos distribuíram o valor adicionado nos exercícios sociais de 2010 e 2011?

1.2 OBJETIVOS

Com o objetivo de responder a problemática levantada acerca da distribuição de riquezas, tem-se os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a distribuição do Valor adicionado das empresas listadas na BM&F Bovespa, no segmento de bancos nos exercícios sociais de 2010 a 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar a distribuição do Valor Adicionado entre os agentes econômicos para os exercícios sociais de 2010 e 2011;
- Analisar o comportamento da distribuição de acordo com o controle acionário para o de 2010 e 2011 e realizar uma discussão comparativa aos resultados apontados por Rodrigues (2010);
- Verificar conforme Rodrigues (2010) o comportamento da distribuição do Valor Adicionado referente ao período de 2007 a 2011, de acordo com os controles acionários e agentes econômicos.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A Demonstração do Valor Adicionado é o demonstrativo obrigatório para as empresas de capital aberto, responsável por evidenciar como as organizações estão distribuindo a fatia do valor adicionado entre os agentes econômicos. Esta demonstração passou a ter caráter obrigatório através da lei 11.638 de 2007, passando a agregar valor às informações já divulgadas anteriormente pelos demonstrativos obrigatórios.

De acordo com De Luca (1998, p.28) “A demonstração do valor adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração”.

Sendo assim, a demonstração evidencia o montante da riqueza gerada economicamente e sua distribuição para os agentes que contribuíram para a sua formação. Esta informação diferencia-se por não estar apresentada nos demonstrativos já obrigatórios, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

Diante deste contexto, cabe lembrar que a partir da obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado, as informações passam a ter uma maior transparência e uma melhor leitura para os interessados na informação contábil.

Partindo da necessidade da transparência para as informações, as empresas possuem responsabilidades com suas ações para o meio em que estão inseridas. De acordo com De Luca (1998, p.18):

O compromisso social de uma empresa é, sem dúvida, muito maior hoje do que há alguns anos. Isto porque a empresa vem se tornando uma das peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. As inter-relações existentes entre a empresa e os vários elementos do seu ambiente nos mostram a grande dimensão da sua responsabilidade social.

O compromisso da empresa para com os integrantes do ambiente sejam eles investidores, fornecedores, Estado ou colaboradores partem de ações que valorizem seus resultados para a comunidade, gerando assim benefício social. Por outro lado, o benefício social além de gerar melhor qualidade de vida, soma valor ao nome da empresa podendo maximizar o lucro. Ao conseguir ampliar sua lucratividade, a empresa pode então distribuir mais valor a comunidade. O Valor Adicionado distribuído agentes econômicos é evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado, tema da presente pesquisa.

1.4 METODOLOGIA

Neste tópico é abordado o enquadramento metodológico utilizado no estudo, bem como, a população analisada.

1.4.1 Enquadramento metodológico

Para atender aos objetivos gerais e específicos do estudo é necessária a adoção de procedimentos metodológicos para a pesquisa. Para Lakatos (2009, p. 157) “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

O estudo foi realizado inicialmente através de uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2010, p.27) “as pesquisas exploratórias tem como propósito maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Para uma melhor familiarização com o assunto pesquisado foi feito um embasamento teórico acerca de conceitos e históricos sobre responsabilidade social, Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. O referencial teórico é uma pesquisa exploratória realizada em materiais já publicados, como livros.

A coleta de dados tem como base os dados disponibilizados no site da BM&F Bovespa, das empresas listadas do segmento de Bancos. O levantamento dos dados da pesquisa exploratória foi realizado por meio de fontes secundárias, ou seja, livros. Dentre as fontes secundárias tem-se também a Demonstração do Valor Adicionado coletada através do sítio eletrônico da BM&F Bovespa.

Deste modo, o estudo realizado consiste em uma pesquisa de caráter descritivo, estudando assim as características da amostra selecionada. Segundo Gil (2010, p.27) “as pesquisas descritivas tem como objetivo a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Ainda referente à natureza de pesquisa descritiva Richardson (2008, p.71) cita que: “Os estudos de natureza descritiva propõem-se a investigar o “que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal. Nesse sentido, são considerados como objeto de estudo uma situação específica um grupo ou um indivíduo”.

A abordagem da pesquisa pode ser considerada quantitativa e qualitativa. O método quantitativo segundo Richardson (2008, p. 70) “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual”. O estudo possui também a abordagem qualitativa, que de acordo com Richardson (2008, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção ao investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

1.4.2 População da pesquisa

A população escolhida para estudo são empresas listadas na Bovespa, no setor financeiro, pertencentes ao segmento de bancos. Em 2012, o segmento possui 27 empresas listadas, conforme o quadro nº1.

Quadro 1 – empresas listadas no segmento bancos

Inicial	Final	Razão Social	Nome de Pregão	Controle
1	-	ALFA HOLDINGS S.A.	ALFA HOLDING	Privado
2	1	BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES	Estatual
3	2	BCO ABC BRASIL S.A.	ABC BRASIL	Privado
4	3	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	ALFA INVEST	Privado
5	4	BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	Estatual
6	5	BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	Privado
7	6	BCO BRASIL S.A.	BRASIL	Estatual
8	7	BCO BTG PACTUAL S.A.	BTGP BANCO	Privado
9	8	BCO DAYCOVAL S.A.	DAYCOVAL	Privado
10	9	BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	BANESE	Estatual
11	-	BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	Estatual
12	10	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	Estatual
13	11	BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO	Privado
14	12	BCO INDUSVAL S.A.	INDUSVAL	Privado
15	-	BCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.	MERC INVEST	Privado
16	-	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	MERC BRASIL	Privado
17	13	BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	NORD BRASIL	Estatual
18	-	BCO PANAMERICANO S.A.	PANAMERICANO	Privado
19	14	BCO PATAGONIA S.A.	PATAGONIA	Privado
20	15	BCO PINE S.A.	PINE	Privado
21	16	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	Privado
22	17	BCO SOFISA S.A.	SOFISA	Privado
23	18	BRB BCO DE BRASILIA S.A.	BRB BANCO	Estatual
24	-	CONSORCIO ALFA DE ADMINISTRACAO S.A.	ALFA CONSORC	Privado
25	19	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	Privado
26	20	ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	ITAUSA	Privado
27	21	PARANA BCO S.A.	PARANA	Privado

Fonte: Adaptado do sitio BM&F Bovespa(2012)

Para alcançar o objetivo específico de comparar a distribuição de riqueza da Demonstração de Valor Adicionado do período de 2010 e 2011 com a pesquisa já realizada por Rodrigues(2010), foi adotada a mesma população inicialmente para o estudo. Deste modo, as empresas Alfa Holding S.A., Banco do Estado do Pará S.A.; Banco Mercantil de Investimentos S.A.; Banco Mercantil Brasil S.A.; Banco Mercantil Brasil S.A.; Consórcio Alfa de Administração S.A. não tiveram suas demonstrações analisadas, já que não estavam no estudo realizado por Rodrigues (2010).

Dentre as empresas analisadas por Rodrigues(2010) está o Banco Panamericano S.A., que devido a não distribuição, em 2010, e aos valores zerados na demonstração de 2011, não está no grupo estudado nesta pesquisa. Por não apresentar distribuição em 2010, não é interessante para a pesquisa sua inclusão na população estudada.

Sendo assim, a população final de estudo contém 21 empresas. As empresas de controle acionário estatal estudadas serão sete, e quatorze empresas de controle acionário privado. A fonte de pesquisa para a coleta de dados e demais informações será o sitio da BM&F Bovespa. A escolha da fonte deve-se a confiabilidade do site e também pela organização na publicação dos demonstrativos das empresas listadas na bolsa de valores.

1.4.3 Análise de dados

Através da coleta de dados do sitio eletrônico da BM&F Bovespa, foram analisadas as DVAs da população de empresas já listadas no quadro nº1. Os dados referentes a distribuição de valores foram coletados e tabulados em planilha de Excel.

Para analisar o comportamento da distribuição por exercício social, os dados foram separados pelo total recebido por cada agente econômico em forma de percentual e evidenciados em uma planilha para cada empresa para melhor visualização. Os percentuais de cada período referentes a cada agente econômico foram separados no total das empresas selecionadas e evidenciados em gráfico.

Quanto à análise da distribuição do valor adicionado por controle acionário, foram analisadas as empresas e descritas em separado de acordo com o controle. Os dados foram tabulados de acordo com a distribuição para cada agente nas empresas em separado, bem como o montante da divisão por agente econômico.

Posteriormente ao estudo da análise de dados por período, bem como por controle acionário, a distribuição de riqueza foi comparada com os dados apresentados pela pesquisa de Rodrigues(2010). Os dados foram analisados no período com o intuito de analisar o comportamento da distribuição, como também em relação ao controle acionário.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa restringe-se ao estudo da Demonstração do Valor Adicionado e a comparação do valor adicionado distribuído entre a população das empresas selecionadas. O foco do estudo é a evidenciação da riqueza distribuída entre os agentes econômicos discriminados na Demonstração do Valor Adicionado, seu comportamento entre o período de 2010 e 2011 por controle acionário, bem como, a realização de um comparativo entre as empresas do setor. O comportamento da distribuição do Valor Adicionado também será comparado com a pesquisa realizada por Rodrigues (2010).

Neste estudo não serão observados a origem, o modo e o comportamento referentes à formação do lucro, mas apenas a distribuição. Caso seja possível, o estudo tentará buscar nas notas explicativas explicações para as variações da distribuição do Valor Adicionado.

1.6 ESTRUTURA E DESCRIÇÃO DOS CAPÍTULOS

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão apresentados a introdução, tema e problema, objetivos, justificativa do estudo, metodologia e a delimitação da pesquisa.

O segundo capítulo é composto da fundamentação teórica. Este capítulo refere-se a responsabilidade social empresarial, Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

No terceiro capítulo é apresentada a descrição e a análise dos dados. As comparações entre o comportamento da distribuição do valor adicionado entre os períodos para os agentes econômicos, como também por controle acionário.

No quarto capítulo são desenvolvidas as conclusões acerca da pesquisa, as conclusões do pesquisador mediante o referencial teórico versus o resultado da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O embasamento teórico da pesquisa tem como objetivo buscar o alicerce teórico acerca do tema estudado. A fundamentação teórica será iniciada através de um breve histórico sobre responsabilidade social, Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado. Posteriormente, a pesquisa terá como foco principal o estudo da distribuição do valor adicionado.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

No decorrer do tempo, as empresas deixam de lado sua característica de uma organização de caráter apenas econômico e passam a admitir o caráter social. Além de buscarem ser competitivas, produzir riqueza e aumentar a lucratividade, buscam também desenvolver um compromisso social com o ambiente no qual estão inseridas. Deste modo, as organizações convergem os objetivos econômicos aos sociais, exercendo assim a responsabilidade social. De acordo com De Luca (1998, p.18):

Na sociedade existe uma preocupação crescente de se analisar a empresa como uma instituição social e não somente como uma instituição econômica. Isto porque a sociedade vem premiando aquelas empresas que tomam iniciativas de desenvolver atividades sociais relacionadas com seus empregados e com a sociedade e de participar do processo de preservação e proteção do meio ambiente onde ela está inserida.

Pode-se observar uma evolução nas características organizacionais através da mudança de mentalidade. Para De Luca(1998, p.19) “toda essa transformação de mentalidade tem uma justificativa básica: a empresa tem uma grande influencia na qualidade de vida dos seus trabalhadores, além de incidir diretamente na vida das cidades”. Diante disto, as ações sociais para com os colaboradores e a sociedade em geral geram valor para a empresa, contribuindo também para a sua rentabilidade. Para Karkotli (2006, p.44):

Assim, numa visão geral, responsabilidade social corporativa é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, possibilitando que as organizações demonstrem toda sua preocupação por meio de significativos projetos.

A melhora na qualidade de vida da sociedade resulta para a organização a potencialização de seu crescimento, uma vez que os resultados de suas ações somam valor aos seus produtos e serviços. Deste modo para karkotli (2006, p.45):

Contudo, a responsabilidade social é a nova estratégia para aumentar o lucro e potencializar o desenvolvimento das empresas. Essa tendência decorre da maior conscientização do consumidor e consequente procura por produtos e praticas que gerem melhoria para o meio ambiente ou comunidade, valorizando aspectos éticos ligados à cidadania.

No âmbito da utilização do capital humano para a obtenção da riqueza e soma de valores à empresa, Karkotli (2004, p.37) refere-se à responsabilidade social:

As organizações que internalizaram a responsabilidade social em suas estratégias – do planejamento à ação – e passam a ter uma gestão socialmente responsável estabelecem padrões éticos no relacionamento para com seus diferentes públicos, os *stakeholders*, criando valor para a sociedade.

Pode-se ainda ressaltar o conceito de responsabilidade social segundo Karkotli (2006, p.63):

É o comportamento ético e responsável na busca de qualidade nas relações que a organização estabelece com todos os seus *stakeholders*, associado direta e indiretamente ao negócio da empresa, incorporado à orientação estratégica da empresa e refletindo em desafios éticos para as dimensões econômicas, ambiental e social.

Sendo assim, a responsabilidade assume um importante papel tanto para a sociedade quanto para a organização. Para a sociedade promove ações que norteiam qualidade de vida e bem estar, gerando para a empresa valor econômico e reconhecimento. Ainda para Karkotli (2006, p.38) o desenvolvimento da responsabilidade social contribui para o desenvolvimento da equidade social para as gerações futuras. Deste modo, para o autor a responsabilidade social não é constituída por ações de cunho filantrópico, assistencialista ou propagandista, já que, em momentos de dificuldades financeiras o recurso para tais ações podem não ser destinados.

2.1.2 Contabilidade e Responsabilidade Social

Através da história do nascimento da contabilidade, sabe-se que a ciência contábil originou-se e desenvolveu-se com o crescimento do comércio, através da necessidade do controle e mensuração do patrimônio por parte dos empresários. Segundo Hendriksen (2007, p. 44) “A sociedade, portanto, foi importante no desenvolvimento da contabilidade porque levou ao reconhecimento da firma como entidade separada e distinta das pessoas de seus proprietários”. Kroetz (2000, p.30) cita ainda que “A presença da contabilidade decorre da necessidade de conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio, riqueza imprescindível à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade”.

Sendo assim, a necessidade da contabilidade torna-se indispensável, uma vez que sua informação fornece dados referentes tanto à variação patrimonial, quanto a mensuração da riqueza. Santos (2007, p.18) cita a importância da informação na relação indivíduo empresa afirmando que “A busca incessante de informação cada vez mais útil e precisa deve ser

preocupação de todos os profissionais responsáveis pela geração, divulgação e análise de dados que possam interferir nas relações sociais entre indivíduos e empresas”.

De acordo com os objetivos da ciência contábil, Petrenco (2009, p.48) diz que “O objetivo da contabilidade, na sua forma mais simplificada, é o Patrimônio, e, como se procurou demonstrar nos antecedentes históricos, a origem da Contabilidade nasceu da necessidade de controle do Patrimônio, denominado de bens e riquezas”. Ainda para (Marion, 2007 p. 25) “Contabilidade pode ser considerada como um sistema de informação destinado a prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”.

Diante dos dados produzidos, cabe a contabilidade a preparação e divulgação dos dados aos usuários da informação contábil. Para De Luca (1998, p. 20):

A contabilidade avalia as transações econômicas de uma entidade e, por meio dos relatórios emitidos, cada usuário pode tomar suas decisões com base nas informações consideradas relevantes. Dessa forma, podemos dizer que o objetivo fundamental da contabilidade é fornecer informações aos seus mais diversos usuários para a tomada de decisões e avaliação.

Sendo a contabilidade a ciência que se dedica a estudar o patrimônio, cabe a ela o registro, mensuração, controle das variações dos bens patrimoniais, bem como, a apresentação da situação patrimonial existente. Para Petrenco (2009, p. 51) “a função da contabilidade consiste em fornecer a maior quantidade possível de informações, principalmente gerenciais, através de seus produtos, aos seus usuários, que são pessoas físicas ou jurídicas com interesse nas sociedades de direito privado”. O autor De Luca (1998, p. 20) define como usuário da informação “toda a pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo patrimônio familiar”.

Deste modo, a informação contábil mostra seu valor diante das informações fornecidas aos seus usuários, sejam eles internos ou externos. Ainda na sociedade atual, a contabilidade auxilia seus usuários com informações e dados referentes ao comportamento empresarial no quesito correspondente a responsabilidade social. O usuário que deseja o acesso a informações de cunho social tem como ferramenta o Balanço Social.

2.3 BALANÇO SOCIAL

Embora não seja uma demonstração de divulgação obrigatória, o Balanço Social traz inúmeras informações referentes ao comportamento da organização empresarial com o ambiente na qual está inserida. Nesse capítulo será apresentado um breve histórico do surgimento do Balanço Social e seus conceitos.

2.3.1 Surgimento e histórico do balanço social

Decorrente da necessidade de informações da relação empresa-sociedade e sua responsabilidade social, desenvolve-se a demonstração de cunho social conhecida atualmente como Balanço Social. Aproximadamente, foi na metade do século XX que a expressão Balanço Social foi introduzida. Essa denominação nasceu em resposta à pressão feita por sindicatos, consumidores, movimentos questionadores sobre informações de emprego e condições de trabalho. Frente a essas pressões está a visão de que as organizações empresariais não possuíam apenas a finalidade de produzir riquezas, mas que também eram um agente com responsabilidade perante a sociedade. Sendo assim, este agente teria o dever de prestar contas de suas ações para a comunidade, bem como, para aos interessados na informação.

Devido as críticas às empresas que apoiaram a Guerra do Vietnã, na década de 60, houve uma conscientização em relação à fabricação de produtos e serviços e a responsabilidade com a sociedade (KARKOTLI, 2004, p. 50). O autor Kroetz (2000, p. 54) cita que “Nesse momento, exigem-se informações relativas às relações sociais da entidade, dentro e fora dela. Assim, surgem as primeiras informações sociais que são publicadas junto com o balanço social.”

“Na França, a partir de 1970, as empresas passaram a publicar, juntamente com os indicadores financeiros tradicionais, outros indicadores de natureza social”(KARKOTLI, 2004, pag. 127). Posteriormente, ainda na França foi criada uma lei tornando obrigatória para empresas com mais de 300 colaboradores a publicação do Balanço Social. Segundo Karkotli (2004, p. 127):

Para a lei francesa, o balanço social compila, num único documento, informações que permitem apreciar a situação de empresa no campo social, especificamente quanto aos itens: emprego; remuneração e encargos acessórios, condições de higiene e de segurança no trabalho; outras condições de trabalho; formação, relações profissionais; e outras condições de vida dependentes da empresa.

Observa-se através dos dados divulgados pelo Balanço Social o reflexo das relações de trabalho existentes na época. Através destas informações pode-se perceber o quanto a discussão sobre responsabilidade social empresarial era pertinente. Na década seguinte, os portugueses também tornaram o Balanço social obrigatório, por meio de legislação. De acordo com Kroetz (2000, p. 56):

São características desta lei: (a) obrigatoriedade de apresentação para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com mais de 100 empregados; (b) as informações atendem basicamente à área de recursos humanos; e (c) a apresentação

do Balanço Social dá-se sob a forma de formulário a ser preenchido pelas empresas que se enquadram nas condições exigidas pela legislação.

Entretanto, pelo fato do Balanço Social dar-se pelo preenchimento de um formulário, esse modelo foi bastante questionado e criticado. O Balanço Social teve como principal foco aspectos relacionados ao trabalho e a responsabilidade social. Tais aspectos podem ser melhores observados no quadro abaixo:

Quadro 2: Enfoque do Balanço Social

PAÍS	BALANÇO SOCIAL - ENFOQUE
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transporte coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque para informações sobre as condições de trabalho.
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados.
Alemanha	Enfoque às condições de trabalho e aos aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões mais ampla dos relatórios sociais.
França	Enfoque para informações aos empregados; nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Fonte: De Luca (1998, p.25)

No Brasil, a campanha nacional para a publicação do Balanço Social foi lançada pelo sociólogo Herbert de Souza, popularmente conhecido como Betinho. Segundo Kroetz (2000, p. 59):

O sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) talvez tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova realidade, pois lutou de forma incansável para realizar um de seus sonhos, implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas (IBASE).

Betinho promoveu a idéia do Balanço Social fomentando debates entre associações de empresas e empresários (De Luca, 1998, p. 25). Betinho criou em 1981 o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma organização sem fins lucrativos com o intuito de disseminar práticas empresariais socialmente responsáveis (ETHOS, 2012). A missão do instituto é “Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”(ETHOS 2012).

2.3.2 Conceitos de Balanço Social

Para melhor compreensão desta demonstração, torna-se necessário trazer a tona alguns conceitos sobre o Balanço Social. Para o IBASE (2012) o Balanço Social:

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

Karkotli (2004, p.125) define a demonstração como sendo:

O Balanço Social efetivamente caracteriza a demonstração das praticas de responsabilidade social adotadas pela organização, ou seja, por meio desse instrumento tornam-se publicas as ações sociais que empreende com seus diversos parceiros; sejam empregados, fornecedores, clientes, comunidade, meio ambiente, etc.

Kroetz (2000,p. 68):

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidade/ambiente, os quais poderão ser com parados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias. É ainda instrumento de auxílio na gestão da entidade contribuindo para a melhora da estrutura organizacional, da informação e da comunicação, da produtividade, da eficácia e eficiência etc.

De Luca (1998, p. 23) afirma que:

O Balanço Social surgiu para atender às necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. É um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

Sendo assim, perante os conceitos apresentados observa-se que o Balanço Social tornou-se um instrumento para atender aos usuários da informação das ações correspondentes a responsabilidade social exercida pelas organizações empresariais. Embora seu conteúdo destina-se a sociedade em geral, a demonstração pode ser utilizada também por gestores nos processos de tomada de decisão e planejamento estratégico. Deste modo, mesmo não tendo exigência legal o Balanço Social evidencia as políticas adotadas e seus reflexos no ambiente social.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Com exigência legal, a Demonstração do Valor Adicionado pode ser considerada como uma nova base de dados para acesso as informações divulgadas pelas entidades. Neste tópico será discutido os conceitos de Valor Adicionado, a estrutura da demonstração, bem como, um breve histórico.

2.4.1 Breve histórico da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil

A lei 6.404/76 conhecida como a lei das sociedades por ações não descrevia a Demonstração do Valor Adicionado como sendo de publicação obrigatória para as empresas. Em 2007, quando a lei 11.638 alterou alguns dispositivos da lei 6.404/76, tem-se a obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado.

De acordo com o texto compilado da lei 11.638/07:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- ~~IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.~~
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007) (BRASIL, 2007)

Deste modo, a demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR passa a dar lugar a Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC e a Demonstração do Valor Adicionado - DVA. De acordo com Iudicibus(2010, p. 5):

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória no Brasil, até a promulgação da Lei nº 11.638/07, que introduziu alterações à Lei nº 6.404/76, tornando obrigatória, para companhias abertas, sua elaboração e divulgação como parte das demonstrações contábeis divulgadas ao final de cada exercício. Antes de se tornar obrigatória para companhias abertas, a DVA era incentivada e sua divulgação apoiada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Ela não faz parte das demonstrações obrigatórias por parte das normas internacionais de contabilidade.

Observa-se que mesmo sem a exigência legal nacional, a divulgação de Demonstração do Valor Adicionado já era incentivada pelo Conselho Federal de Contabilidade, o que evidencia o interesse pela demonstração. Segundo Ribeiro (2009, p.228):

Por incentivo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) – Parecer de Orientação CVM nº.24/92-, desde o início da década de 90, essa demonstração já vinha sendo

elaborada e divulgada pelas principais sociedades anônimas de capital aberto que operam no mercado brasileiro.

Observa-se que mesmo sem obrigatoriedade por força de legislação, a demonstração já era divulgada por empresas de capital aberto, ou seja, havia interesse nas informações da Demonstração do Valor Adicionado.

Outro fator que evidencia o interesse pela Demonstração do Valor Adicionado é o seu conteúdo, “estritamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado surgiu para atender às necessidades de informações dos usuários sobre o valor da riqueza criada pela empresa e sua utilização” De Luca (1998, p.32). Outro fator que agrega importância a Demonstração do Valor Adicionado para as empresas de acordo com Ribeiro (2009, p.228):

O conhecimento da riqueza que será gerada e agregada por uma empresa aos seus fatores de produção, por influenciar diretamente na formação do produto interno bruto (PIB), tem sido fator decisivo em alguns países emergentes quando é analisada a possibilidade de autorização de implantação em seu território de empresa transnacional. Essa autorização, portanto, fica sempre condicionada a informação de como a empresa interessada irá agregar valores à economia do país ou da região em que pretende se instalar.

O interesse pela Demonstração do Valor Adicionado se dá através do modo de evidenciação da riqueza criada e do valor distribuído, bem como, sua relação com a responsabilidade social.

2.4.2 Conceitos e objetivos da Demonstração do Valor Adicionado

Através da Lei 11.638/2007, tem-se a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado para as empresas de capital aberto. Para De Luca (1998, p.28):

A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para a sua geração.

Para Santos (2009, p.384):

A Demonstração do Valor Adicionado é a demonstração contábil que tem por objetivo apresentar, de forma ordenada e sintética, a riqueza gerada pela entidade em determinado período, bem como a sua distribuição. Portanto, representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Além disso, inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à sociedade.

Os autores conceituam a Demonstração do Valor Adicionado como sendo uma demonstração que tem por intuito evidenciar a riqueza gerada e distribuída. Para o CPC 09 que traz o pronunciamento técnico referente a demonstração “A DVA deve proporcionar os

usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas”. Ainda a respeito da demonstração, Ribeiro (2009, p.229) afirma que:

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é um relatório contábil que evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, isto é, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção, e o quanto e de que forma essa riqueza foi distribuída (entre empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) bem como a parcela da riqueza não distribuída.

Sendo assim, a Demonstração do Valor Adicionado distancia-se das outras demonstrações obrigatórias pelo fato de evidenciar a riqueza produzida e o valor distribuído aos agentes econômicos relacionados à empresa. É através desta demonstração que os usuários da informação podem averiguar de forma mais detalhada o quanto cada agente recebeu da riqueza formada no período analisado.

Sendo assim, o valor da riqueza formada, pode ser conceituada para Santos (2007, p.26) como sendo “... o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação”. Ribeiro (2009) acredita que “O Valor Adicionado que é demonstrado na DVA, corresponde a diferença entre o valor da receita de vendas e os custos dos recursos adquiridos de terceiros”.

Ainda quanto ao conceito de Valor Adicionado, de acordo com De Luca (1998, p.33)

O valor adicionado da atividade produtiva é obtido pela diferença entre a Receita de Vendas (ou produção) e os Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros (consumo intermediário). O valor adicionado total dos negócios representa a soma do valor adicionado da atividade produtiva e dos ganhos obtidos pelas aplicações de recursos que geraram em outra empresa ou atividade.

Os conceitos apresentados acima mostram o valor adicionado como o resultado final entre a receita e os insumos/serviços adquiridos. Entretanto, o CPC 09 traz ainda o conceito como sendo:

Valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

Contudo, ao trazer a tona o conceito de Valor Adicionado, alguns autores mencionam o conceito as diferenças entre o Valor adicionado tido na DVA e o Valor Adicionado contido no Produto Interno Bruto (PIB). Porém o CPC 09 menciona que:

Existem, todavia, diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico no cálculo do valor adicionado. A ciência econômica, para cálculo do PIB, baseia-se na produção, enquanto a contabilidade utiliza o conceito contábil da realização da receita, isto é, baseia-se no regime contábil de competência. Como os momentos de realização da produção e das vendas são normalmente diferentes, os valores calculados para o PIB por meio dos conceitos oriundos da Economia e os da Contabilidade são naturalmente diferentes em cada período. Essas diferenças serão tanto menores quanto menores forem as diferenças entre os estoques inicial e final para o período considerado. Em outras palavras, admitindo-se a inexistência de estoques inicial e final, os valores encontrados com a utilização de conceitos econômicos e contábeis convergirão.

A diferença entre o PIB e o Valor Adicionado da DVA também é citado por Santos (2009, p. 385) como sendo:

[...] o cálculo do valor adicionado contábil difere do econômico à medida que o PIB calculado pela economia baseia-se na produção, enquanto que o PIB calculado pela contabilidade está alicerçado no conceito de realização de receita, isto é, no princípio da competência.

Todavia, tendo como base as diferenças citadas por Santos e pelo CPC 09 deixam claro as diferenças entre o valor apresentado pela DVA e o apresentado pelo PIB. A diferença pode ser esclarecida pelo simples fato de que o PIB volta-se para a produção e o Valor Adicionado da DVA baseia-se na realização da receita, conhecida pelo princípio da competência.

2.4.3 Estrutura básica da Demonstração do Valor Adicionado

A divulgação da Demonstração do Valor Adicionado foi regulamentada pela Lei nº 11.638 de 2007. A referida lei propõe que “se companhia aberta, demonstração do valor adicionado”. Deste modo, todas as empresas de capital aberto devem publicar o respectivo demonstrativo. A elaboração e estrutura da Demonstração do Valor Adicionado é orientada pelo pronunciamento técnico CPC 09. Iudicibus (2010, p. 582) cita que:

A elaboração e divulgação da DVA, para atender aos requisitos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 e na legislação societária, deverá:

- ser elaborada com base no princípio contábil da competência;
- ser apresentada de forma comparativa (período atual e anterior);
- ser elaborada com base nas demonstrações consolidadas, e não pelo somatório das Demonstrações do Valor adicionado individuais, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- incluir a participação dos acionistas minoritários no componente relativo à distribuição do valor adicionado, no caso da divulgação da DVA consolidada;
- ser consistente com a demonstração do resultado e conciliada em registros auxiliares mantidos pela entidade; e
- ser objeto de revisão ou auditoria se a entidade possuir auditores externos independentes que revisem ou auditem suas Demonstrações Contábeis.

Quanto ao conteúdo a ser discriminado na demonstração, Santos (2009, p. 385) afirma que:

A Demonstração do valor adicionado deve evidenciar, no mínimo, os seguintes componentes:

- as receitas;
- os insumos adquiridos de terceiros;
- os valores retidos pela entidade;
- os valores adicionados recebidos em transferência a outras entidades;
- valor total adicionado a distribuir; e
- distribuição do valor adicionado.

Dentre as especificações de conteúdo que devem estar evidenciados na Demonstração do Valor Adicionado, o CPC 09 propõe um modelo básico para as empresas em geral que possuem a exigência legal de publicação. Este modelo pode ser melhor visualizado no quadro nº3.

Quadro 3 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em geral

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		
8.1.3 – F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7.

Fonte: Pronunciamento técnico 09

Como observado no quadro nº 3, o modelo proposto pelo CPC 09 é dividido em duas partes, possuindo ao todo sete itens. A primeira parte da DVA corresponde à formação da riqueza, ou seja, o modo como a entidade agregou valor através de sua atividade fim. A primeira parte corresponde aos sete primeiros itens, no qual são detalhados os insumos adquiridos de terceiros, as receitas, depreciação, amortização e exaustão, valores recebidos em transferência e por ultimo o valor total a distribuir. A segunda parte da DVA corresponde à distribuição da riqueza entre os agentes econômicos. Deste modo, os itens contidos na DVA podem ser classificados como formadores de riqueza e distribuidores de riqueza. Tais itens considerados como distribuidores da riqueza, são melhores detalhados no item abaixo.

2.4.5 Distribuição da riqueza

A segunda parte da Demonstração do Valor Adicionado refere-se à distribuição da riqueza entre os agentes econômicos. No modelo proposto pelo CPC 09 a riqueza é distribuída em 4 agentes, sendo elas: pessoal; impostos taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros; e remuneração de capitais próprios.

O agente econômico denominado pessoal, segundo o CPC 09 “Compreende os gastos incorridos com remuneração direta, benefícios e FGTS. Como remuneração direta compreende-se 13º salário, férias, comissões, participação nos lucros, hora extra, honorários da administração”.

O agente econômico descrito como Impostos, taxas e contribuições são inclusos valores referentes a impostos municipais, estaduais e federais. “Valores relativos a imposto de renda, contribuição social, sobre o lucro, contribuição ao INSS (incluídos os valores do Seguro de Acidentes de Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita” (CPC 09). Ribeiro (2009, p. 234) acrescenta que “Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representarão a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como ‘insumos adquiridos de terceiros’”. Santos (2009, p. 388) afirma ainda que “os tributos que não forem pagos em decorrência de incentivos fiscais devem ser apresentados na DVA como item redutor do grupo de tributos, uma vez que eles foram contabilizados no resultado do exercício como se devidos fossem em contrapartida de uma conta de reserva para incentivos fiscais”.

O terceiro agente econômico conhecido como Remuneração de capitais de terceiros é s destinado aos valores dos financiadores do capital. Para Iudicibus (2010, p. 585) “corresponde aos valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital”. Este item subdivide-se em juros, alugueis e outras. O subitem outros para Santos(2009, p. 389) “incluem outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.”.

O ultimo agente econômico, Remuneração de Capitais Próprios, para o CPC 09 “são valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas”. Este item subdivide-se em juros sobre o capital próprio; dividendos; lucros retidos e prejuízos do exercício; e participação dos não controladores nos lucros retidos.

2.4.6 Demonstração do valor adicionado nas instituições financeiras

Para as instituições financeiras o CPC 09 disponibiliza um modelo diferenciado para a Demonstração do Valor Adicionado em relação ao modelo apresentado para as empresas em geral. O modelo para as instituições financeiras pode ser melhor visualizado no quadro nº4.

Quadro 4 – Demonstração do Valor Adicionado para instituições bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação Financeira		
1.2) Prestação de Serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 – DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 – Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 – F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de Capitais Próprios		
9.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

*O total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8.

Fonte: Pronunciamento técnico CPC 09

No quadro nº6, pode-se observar que há diferenças entre a distribuição do Valor Adicionado em relação aos agentes econômicos. A diferença está no agente econômico remuneração de capitais de terceiros. Neste agente, não há a subdivisão para a evidenciação de juros, como proposto nos modelos para empresas em geral. Uma explicação para essa diferença pode ser a de que por poder ou não considerar a atividade bancária como geradora e distribuidora de riqueza, convencionou-se que, excepcionalmente, os custos financeiros dessa atividade devem ser alocados como custo de obtenção das receitas e não como distribuição de valor adicionado (SANTOS, 2007, P.44). Deste modo, entende-se que esta diferenciação ocorre devido à atividade exercida pelas instituições financeiras.

2.5 ESTUDOS SIMILARES

Este tópico aborda a leitura realizada por Rodrigues (2010) acerca da distribuição do valor adicionado distribuído pelas empresas no segmento de bancos, listadas na Bovespa, nos anos de 2007, 2008 e 2009.

No estudo realizado, através da coleta de dados o autor pode constatar que a maior distribuição de valor no ano de 2007, destinou-se para o agente econômico capital de terceiros, com 40% do montante. A segunda maior distribuição ocorreu para o agente de pessoal. Para o mesmo período, Rodrigues (2010) constatou que o terceiro maior percentual da distribuição foi destinado ao agente governo. Por fim, a remuneração de capitais de terceiros recebeu o menor valor com apenas 1%.

O segundo período analisado por Rodrigues (2010) foi o ano de 2008. Neste período o autor observou que o maior percentual da distribuição foi para o agente econômico remuneração de capitais próprios, com 39% do montante total. A segunda maior distribuição deu-se para o agente econômico de pessoal, com 3%. O agente econômico governos recebeu 22% do montante e a remuneração de capital de terceiros o valor de 2%..

No ultimo período analisado pelo autor, foi destinado o percentual de 37% para o agente de pessoal e 33% para remuneração de capitais próprios. A terceira maior distribuição foi para o agente econômico de governos com 28%. A menor distribuição de valor ocorreu para o agente remuneração de capitais próprios com apenas 2%.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo é apresentado brevemente a caracterização do setor bancário, bem como, as análises da distribuição da riqueza.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

As instituições financeiras são organizações supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. As normas seguidas pelas instituições financeiras são regulamentadas através do Conselho Monetário Nacional. O setor bancário é representado pela Federação Brasileira de Bancos, que possui “o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País” (FEBRABAN, 2012). Segundo a Febraban, seu objetivo é o de representar seus associados, buscando a melhoria das normas, da produção, bem como a redução de riscos.

Dentre os valores expostos no sitio da federação pode-se citar: a promoção de valores éticos, morais e legais; a valorização da diversidade e da inclusão social; atuação com profissionalismo e transparência; a defesa da iniciativa privada, o livre mercado e a livre concorrência, entre outros (FEBRABAN, 2012).

Paralela a Febraban, está a Federação Nacional dos Bancos, também conhecida como Fenaban. Caracterizada como sendo a força sindical dos trabalhadores bancários, representando toda a classe nas questões trabalhistas e em lutas por melhores condições de trabalho.

Segundo a Fenaban(2012), o setor possui cerca de 460 mil trabalhadores. Como diferencial do setor, está a carreira estruturada para qualificação e inclusão de colaboradores com necessidades especiais. Outro diferencial são os diversos benefícios oferecidos, tais como: auxílio creche, plano de saúde e odontológico, bolsa de estudo e planos de previdência privada FENABAN(2012).

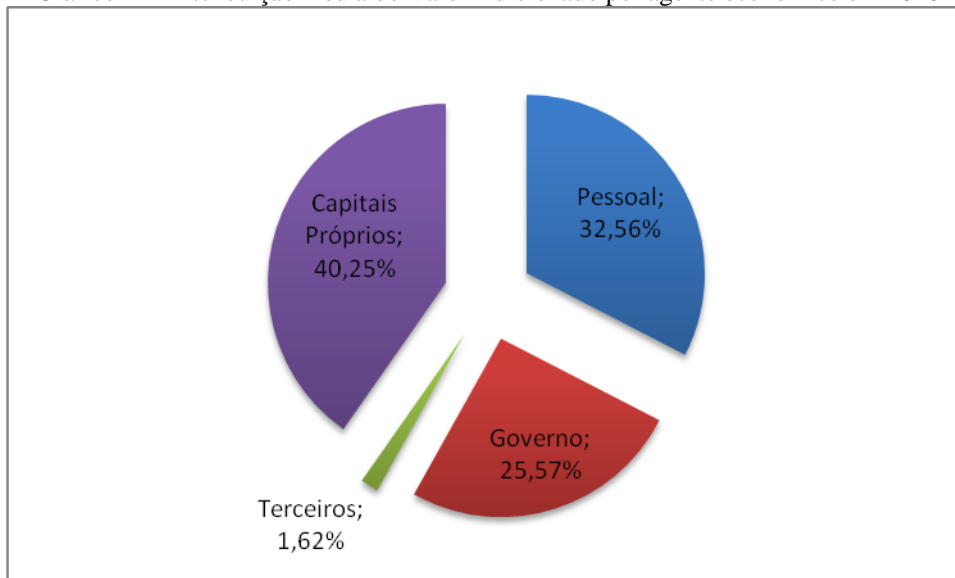
3.2 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA

Neste tópico é realizada a análise da distribuição do Valor Adicionado pelas empresas do segmento de bancos relativo ao período de 2010 e 2011.

3.2.1 Distribuição do valor adicionado em 2010 por agente econômico

Tendo esta pesquisa o objetivo de analisar a distribuição do Valor Adicionado pelo segmento de bancos, no gráfico 1 pode-se observar o comportamento obtido em 2010.

Gráfico 1 – Distribuição média do Valor Adicionado por agente econômico em 2010



Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados evidenciados pelo gráfico 1, o agente econômico que recebeu a maior parte do Valor Adicionado foi a remuneração de capitais próprios com 40,78%, seguido do de pessoal com 32,32%, da distribuição. O agente representado pelo governo (impostos, taxas e contribuições) obteve 25,37% do valor distribuído. A menor distribuição de valor foi para a remuneração de terceiros com apenas 1,53%.

Entretanto, a distribuição do montante do Valor Adicionado em 2010 pode ser melhor analisada quando observado o quadro nº 5.

Quadro 5 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico em 2010

EMPRESA	Pessoal	Governo	Terceiros	Capitais Próprios
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	37,19%	30,86%	2,52%	29,43%
BCO ABC BRASIL S.A.	30,28%	26,95%	0,00%	42,77%
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	34,46%	22,59%	3,93%	39,02%
BCO AMAZONIA S.A.	44,17%	31,84%	0,85%	23,15%
BCO BRADESCO S.A.	27,48%	34,19%	2,05%	36,29%
BCO BRASIL S.A.	40,47%	26,22%	1,67%	31,64%
BCO BTG PACTUAL S.A.	23,35%	21,80%	0,95%	53,90%
BCO DAYCOVAL S.A.	18,10%	32,53%	1,35%	48,02%
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	50,90%	22,65%	1,05%	25,40%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	36,58%	30,08%	2,00%	31,34%
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	24,56%	27,34%	2,27%	45,83%
BCO INDUSVAL S.A.	48,21%	25,24%	1,49%	25,06%
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	52,28%	28,88%	1,60%	17,24%
BCO PINE S.A.	22,22%	30,05%	2,52%	45,21%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	40,97%	27,32%	3,68%	28,02%
BCO SOFISA S.A.	36,71%	18,35%	1,84%	43,10%
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	40,31%	30,03%	0,00%	29,66%
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	1,55%	1,98%	0,01%	96,47%
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	28,15%	32,10%	2,33%	37,43%
PARANA BCO S.A.	13,23%	10,44%	0,25%	76,08%
MÉDIA SETORIAL	32,56%	25,57%	1,62%	40,25%

Fonte: dados da pesquisa

Como já Observado anteriormente, o agente econômico que recebeu a maior parte da distribuição do Valor Adicionado foi o de remuneração por capitais próprios. Dentre este grupo, a empresa que maior distribuiu para este agente foi o Itau Unibanco Holding S.A. com 96,47%. A segunda maior distribuição para este agente foi realizada pelo Paraná Banco S.A. com 76,08%. Por outro lado, a menor distribuição realizada com 17,24% foi tida pelo banco Nordeste do Brasil S.A.

Na distribuição para o agente de pessoal, a empresa que mais destinou foi o banco Nordeste do Brasil S.A com 52,28%. A segunda maior distribuição foi realizada pelo banco do Estado do Sergipe com 50,90%. Em contraponto as maiores distribuições está a distribuição realizada pelo banco Itaú Holding S. A. com 1,55% do montante, sendo a menor apresentada para o agente econômico.

O terceiro agente econômico com o total de 32,32% do montante distribuído é representado pelo governo. Deste grupo a empresa que mais distribuiu valor foi o banco Bradesco S.A com o total de 34,19%. A segunda maior distribuição foi realizada pelo banco

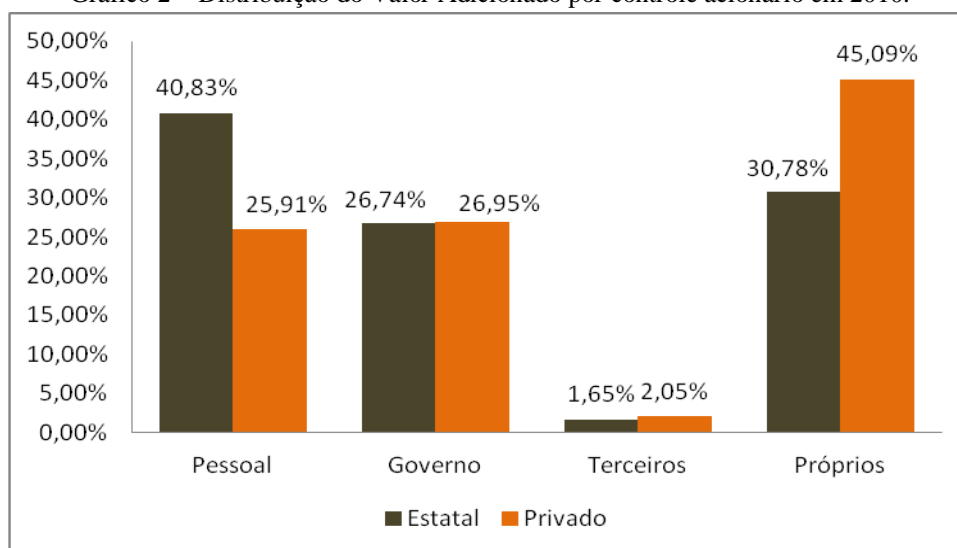
Daycoval S.A com 32,53%. A menor distribuição para esse agente econômico foi realizada pelo banco Itaú Holding S.A. com 1,98%.

Para o agente econômico com a menor remuneração do grupo analisado para o ano de 2010, a maior distribuição deu-se pelo banco Alfa de Investimentos S.A. com 3,93%. O segundo banco com maior distribuição foi tida pelo Santander S. A. com 3,68%. Por outro lado, os bancos ABC Brasil S.A e Banco de Brasília não apresentaram distribuição.

3.2.2 Distribuição do valor adicionado em 2010 por controle acionário

O comportamento da distribuição do Valor Adicionado foi analisado entre os quatro principais agentes econômicos acima. Como proposta de estudo, além de observar o comportamento por período, o a distribuição também é observada de acordo com o controle acionário da população estudada. A distribuição do Valor Adicionado por controle acionário, referente ao período de 2010, pode ser melhor analisada através do gráfico nº2.

Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado por controle acionário em 2010.



Fonte: Dados da pesquisa

Como pode ser observada, a distribuição do Valor Adicionado possui comportamento diferenciado quanto aos percentuais distribuídos, quando analisados através do controle acionário. Para o grupo com controle privado o agente econômico mais beneficiado com a distribuição do Valor Adicionado é o remuneração de capitais próprios, com 45,09% do montante distribuído. Para o controle acionário estatal, o agente econômico que recebeu o maior percentual foi o de pessoal, com 40,83%.

Para o agente econômico representado pelo governo, a distribuição entre o controle acionário estatal e privado teve uma pequena variação, não atingindo um ponto percentual.

Esta baixa variação demonstra que mesmo tendo controles acionários diferentes o percentual da riqueza distribuída destinada aos cofres públicos sofre poucas variações.

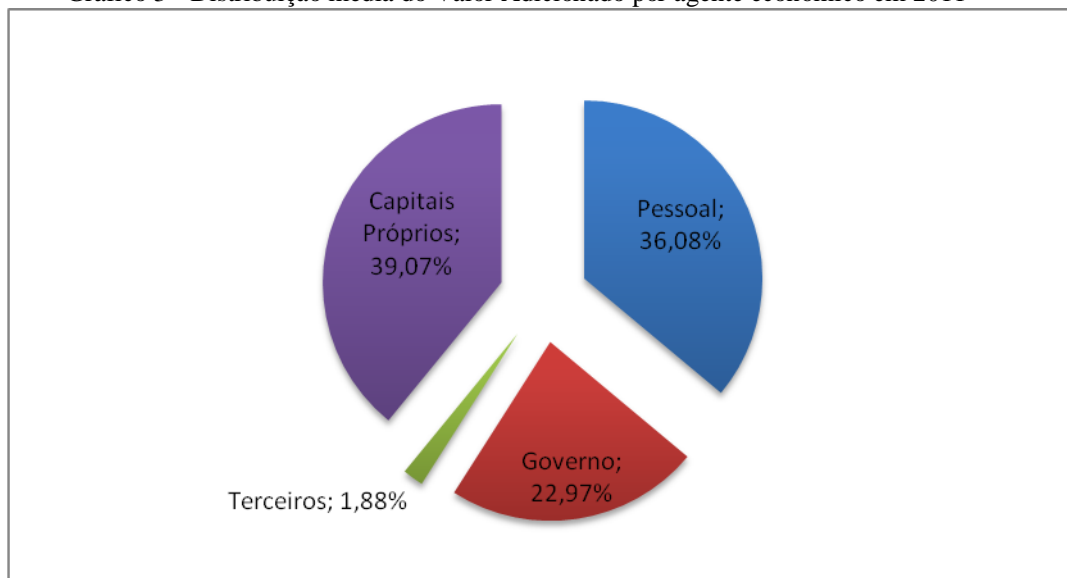
Contudo, mesmo havendo diferenças entre as distribuições de Valor Adicionado entre os controles acionários, o agente econômico que recebeu a menor fatia do montante destinado foi o de remuneração de capitais de terceiros. Para o controle privado o percentual destinado foi maior, quando se comparado ao controle estatal. Entretanto, a diferença percentual do montante destinado não chega ao somatório de um ponto percentual.

3.2.3 Distribuição do valor adicionado em 2011 por agente econômico

Em continuidade ao estudo, o segundo período analisado é 2011. Dentre o grupo de empresas analisadas, foram retiradas do estudo os bancos Indusval S.A e Pactual S.A por não apresentarem distribuição.

Sendo assim, para que a distribuição de Valor Adicionado possa ser melhor analisada entre os quatro principais agentes econômicos, tem-se o gráfico nº3.

Gráfico 3 - Distribuição média do Valor Adicionado por agente econômico em 2011



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, observa-se que o agente econômico que mais obteve a maior distribuição do Valor Adicionado foi o de capitais próprios com 39,07%. A segunda maior distribuição foi para o agente de pessoal com 36,08% e a terceira para o agente representado pelo governo, com 22,97%. O agente que recebeu a menor quantidade em relação aos demais foi o capital de terceiros, com apenas 1,88%.

Contudo, para que a distribuição do Valor Adicionado possa ser melhor observada, tem-se o quadro nº 5.

Quadro 6 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico em 2011

Empresa	Pessoal	Governo	Terceiros	Capitais Próprios
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	49,00%	27,12%	3,67%	20,21%
BCO ABC BRASIL S.A.	30,05%	27,34%	0,00%	42,61%
BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	35,75%	21,30%	3,36%	39,59%
BCO AMAZONIA S.A.	50,29%	34,02%	1,43%	14,25%
BCO BRADESCO S.A.	35,57%	25,08%	2,55%	36,79%
BCO BRASIL S.A.	41,75%	24,48%	1,79%	31,97%
BCO DAYCOVAL S.A.	20,10%	33,45%	1,52%	44,93%
BCO ESTADO DE SERGIPE S.A. - BANESE	42,29%	26,74%	0,68%	30,29%
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	36,24%	29,08%	1,87%	32,81%
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	28,10%	20,83%	3,02%	48,05%
BCO NORDESTE DO BRASIL S.A.	50,57%	31,61%	1,69%	16,13%
BCO PINE S.A.	29,78%	26,48%	2,36%	41,39%
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	51,57%	17,88%	4,83%	25,72%
BCO SOFISA S.A.	61,86%	5,86%	2,02%	30,26%
BRB BCO DE BRASILIA S.A.	53,98%	29,78%	0,00%	16,24%
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	1,54%	1,58%	0,00%	96,87%
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.	25,86%	28,58%	2,68%	42,88%
PARANA BCO S.A.	5,18%	2,18%	0,36%	92,28%
MÉDIA SETORIAL	36,08%	22,97%	1,88%	39,07%

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o já citado anteriormente, o agente econômico que recebeu o maior percentual da distribuição do Valor Adicionado foi o de remuneração por capitais próprios. Analisando a distribuição das empresas para este agente, observa-se que o banco Itaú Unibanco Holding S.A teve a maior distribuição com 96,87%. O segundo banco com maior distribuição de Valor Adicionado foi o banco Paraná S.A. com 92,28%. A menor distribuição foi tida pelo banco Amazônia S.A. com 14,25%.

O agente econômico de pessoal foi o segundo que mais recebeu a distribuição do Valor Adicionado em 2011, com 36,08% do montante total distribuído. Neste grupo, a empresa que realizou a maior distribuição foi o banco Sofisa S.A. com 61,86%, seguindo do banco de Brasília S.A. com 53,98%. Em contrapartida, o banco Itaú Holding S.A teve a menor distribuição de 1,54%.

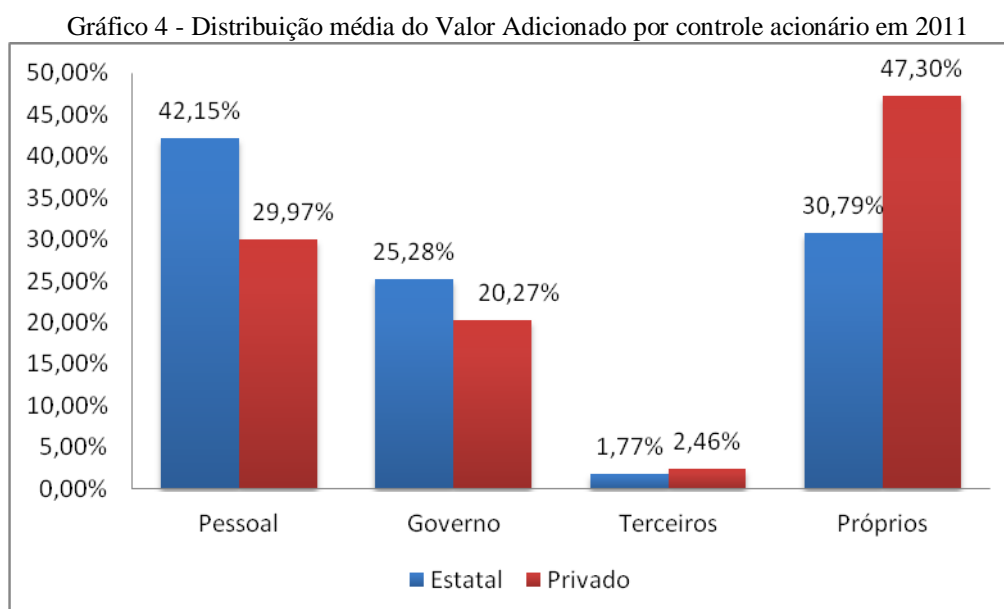
O terceiro grupo em distribuição foi o agente econômico representado pelo governo, no somatório total de 22,97%. Neste grupo o banco que liderou a distribuição foi o Amazônia

S.A. com 34,02%, seguido do banco Daycoval S.A. com 33,45% de distribuição. Em relação a este agente econômico, a menor distribuição observada foi a do banco Itaú Holding S.A com 1,58%, seguido do banco Paraná S.A. com 2,18%.

O grupo com a menor média de distribuição de Valor Adicionado foi o de remuneração de capitais de terceiros, com o total de 1,88%. Neste grupo, a maior distribuição observada foi a do Banco Santander S.A. com 4,83%. A segunda maior distribuição no período foi realizada pelo banco do Estado do Espírito Santo, o Banestes com 3,67%. Para o período foi observado que os bancos ABC Brasil S.A. e BRB Brasília não apresentaram distribuição. O banco Itaú Unibanco Holding S.A. como demonstrado na tabela não atingiu um percentual de distribuição, embora o valor evidenciado na Demonstração do Valor Adicionado não esteja zerado como nos outros dois bancos que não tiveram distribuição.

3.2.4 Distribuição do valor adicionado em 2011 por controle acionário

Após a análise realizada sobre o período de 2011 em relação à distribuição do Valor Adicionado aos agentes econômicos, é analisada a distribuição para o mesmo período de acordo com o controle acionário. O comportamento da distribuição pode ser melhor analisada através do gráfico 4.



Fonte: dados da pesquisa

De acordo com o gráfico nº 4, observa-se que em 2011 o agente econômico que mais recebeu em termos de percentuais do Valor Adicionado do grupo de empresas de controle

acionário privado foi o de remuneração de capitais próprios. A segunda maior distribuição para as empresas do grupo foi para o agente econômico de pessoal, seguido do agente representado pelo governo.

Para o grupo de empresas com controle acionário estatal, a maior distribuição ocorreu para o agente econômico de pessoal. A segunda maior distribuição realizada por este controle acionário foi para o agente econômico de remuneração de capitais próprios. O agente econômico representado pelo governo recebeu a terceira maior distribuição.

Como já observado na análise realizada para o período de 2010, para a população de empresas estudadas divididas por controle acionário, o agente econômico remuneração de capitais de terceiros teve o mesmo comportamento. Nos dois períodos este agente econômico recebeu o menor percentual da distribuição do Valor Adicionado. Embora em 2011 o valor distribuído tenha pouco superior ao de 2010 para as empresas de controle privado, a diferença percentual entre os dois controles não ultrapasse um ponto percentual. O mesmo fato foi observado no período de 2010.

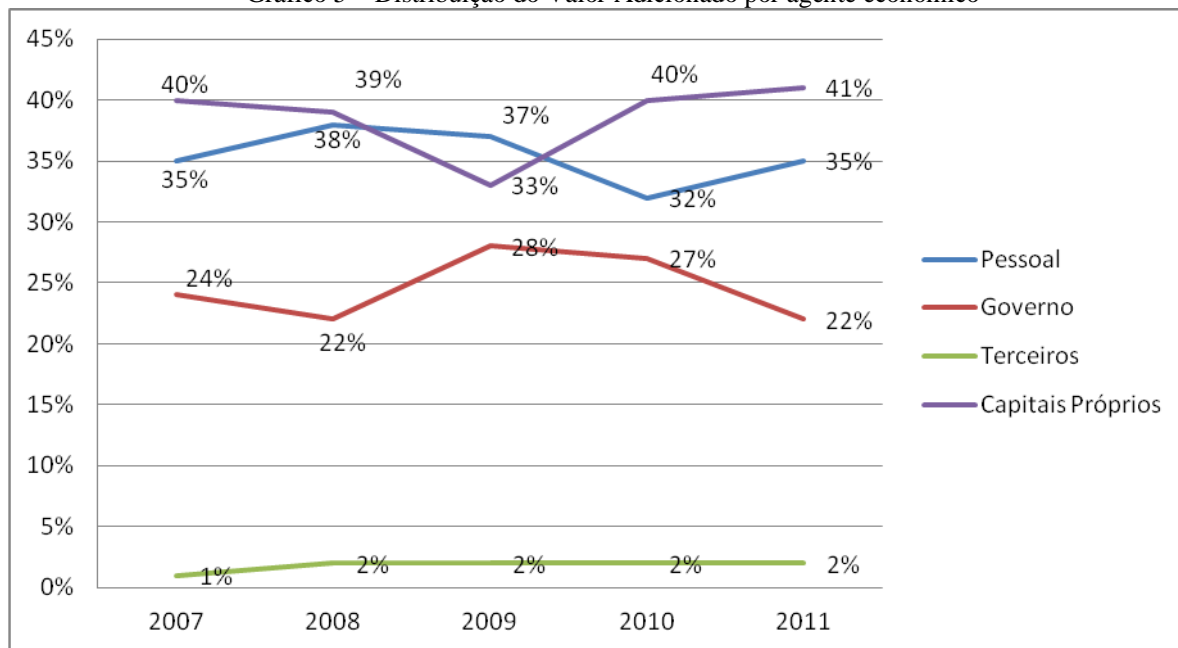
3.3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

De acordo com os objetivos específicos deste trabalho, a pesquisa da distribuição do Valor Adicionado tem uma comparação ao trabalho realizado por Rodrigues (2010). Sendo assim, este tópico aborda o comparativo da distribuição do Valor Adicionado por agente econômico e por controle acionário para o período de 2007 a 2011. Os dados referentes ao período de 2007 a 2009 foram obtidos da pesquisa realizada por Rodrigues (2010).

3.3.1 Análise da distribuição do Valor Adicionado por agente econômico

Neste item é analisado o comportamento da distribuição do Valor Adicionado por meio dos quatro principais agentes econômicos. Para uma melhor visualização do comportamento da distribuição do Valor Adicionado, tem-se o gráfico nº5.

Gráfico 5 – Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico acima, durante o período analisado o agente econômico que mais recebeu Valor Adicionado foi a remuneração de capitais próprios. No decorrer do período o agente econômico teve pouca variação percentual. Entre 2007 e 2008, houve uma redução de um ponto percentual. O período com a maior variação na distribuição do Valor Adicionado para este agente econômico foi em 2009, quando houve uma redução de seis pontos percentuais. Entretanto, a redução observada no período de 2009 não teve continuidade para o período de 2010, quando ocorreu o aumento de sete pontos percentuais na distribuição.

O agente econômico de pessoal obteve o mesmo percentual da distribuição do valor adicionado em 2007 e 2011. Na distribuição referente a 2008, o agente econômico teve um aumento de três pontos percentuais em relação a distribuição ocorrida em 2007. Em 2009 houve uma pequena redução de um ponto percentual no montante distribuído. No período de 2010, o agente econômico de pessoal teve uma redução de cinco pontos percentuais. O período de 2010, foi o de maior redução em termos percentuais, durante todo o período analisado por outro lado, em 2011 o agente econômico teve um aumento de 3 pontos percentuais na distribuição.

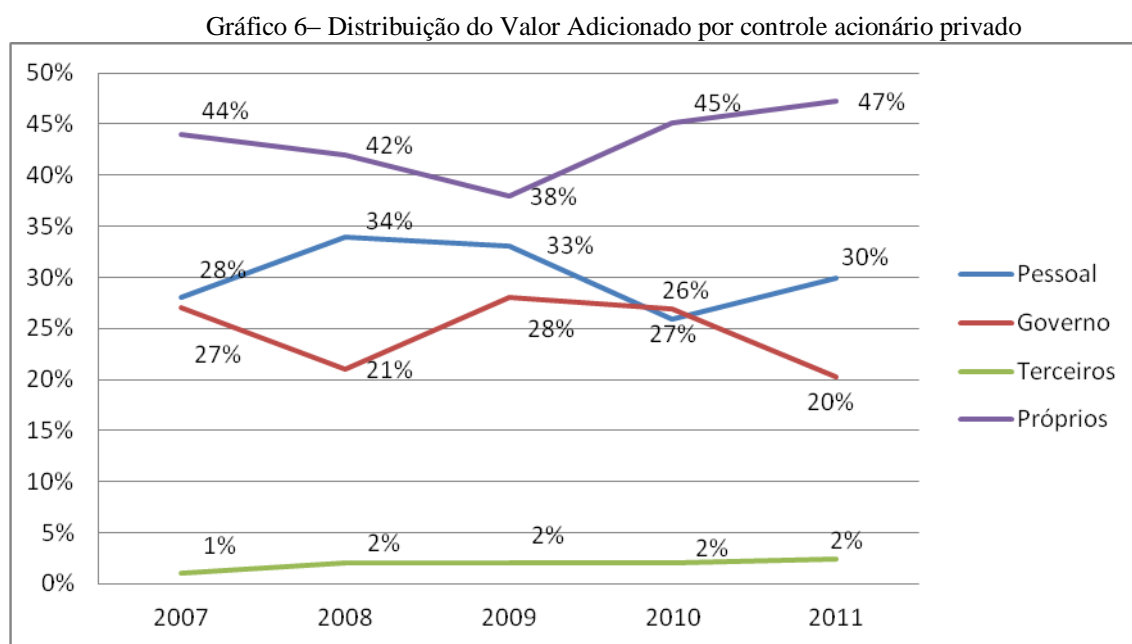
O agente econômico representado pelo governo apresentou percentuais menores em relação a distribuição do Valor Adicionado, quando comparado aos agentes econômicos de pessoal e remuneração de capitais próprios. Entre 2007 e 2008, o agente econômico apresentou uma redução de dois pontos percentuais. Em 2009 houve um aumento de seis

pontos percentuais na distribuição. De acordo com a análise, o período de 2009 foi o que mais remunerou este agente comparado os valores percentuais de todo o período analisado. Em 2010 houve uma pequena redução de um ponto percentual. Entretanto, em 2011 o percentual da distribuição se iguala ao valor distribuído em 2008. Neste ano, houve uma redução de cinco pontos percentuais. Deste modo, a maior redução no período ocorreu entre 2010 e 2011.

O agente econômico remuneração de capitais de terceiros evidenciou durante todo o período analisado os menores percentuais da distribuição. Em relação ao período analisado, a menor distribuição ocorreu em 2007, com uma variação de um ponto percentual em relação aos demais anos.

3.3.2 Análise da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário privado

Neste item é observado o comportamento da distribuição do Valor Adicionado através do controle acionário privado. Para uma melhor visualização da variação da distribuição do Valor Adicionado para empresas com controle acionário privado, tem-se o gráfico 6.



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados evidenciados pelo gráfico 6, o agente econômico que apresentou os maiores percentuais do montante da distribuição do Valor Adicionado foi o de remuneração de capitais próprios. Durante o período entre 2007 e 2011, o agente econômico teve uma variação de três pontos percentuais para mais. Em 2007, o percentual de distribuição recebido pelo agente econômico foi de 44%. Em 2008 houve uma redução de dois pontos percentuais. No ano seguinte, em 2009, houve uma redução de quatro pontos percentuais, foi

a maior redução tida para o agente durante todo o período. No ano de 2010, o agente teve uma elevação no percentual de recebimento da distribuição de sete pontos percentuais. Essa elevação no recebimento do Valor Adicionado foi a maior de todo o período analisado. Por fim, em 2011 o agente ainda teve uma elevação de dois pontos percentuais, finalizando assim com o maior percentual de todo o período.

O agente econômico de pessoal, de acordo com o gráfico, foi o segundo em recebimento do Valor Adicionado. Em 2007, o agente recebeu 28% da distribuição. Em 2008, teve um aumento de seis pontos percentuais. No ano seguinte, o agente apresentou uma leve redução de um ponto percentual. Entretanto, essa redução se intensificou no ano seguinte para sete pontos percentuais. Deste modo, o ano de 2010 foi o que apresentou o menor percentual em relação a todos os anos analisados.

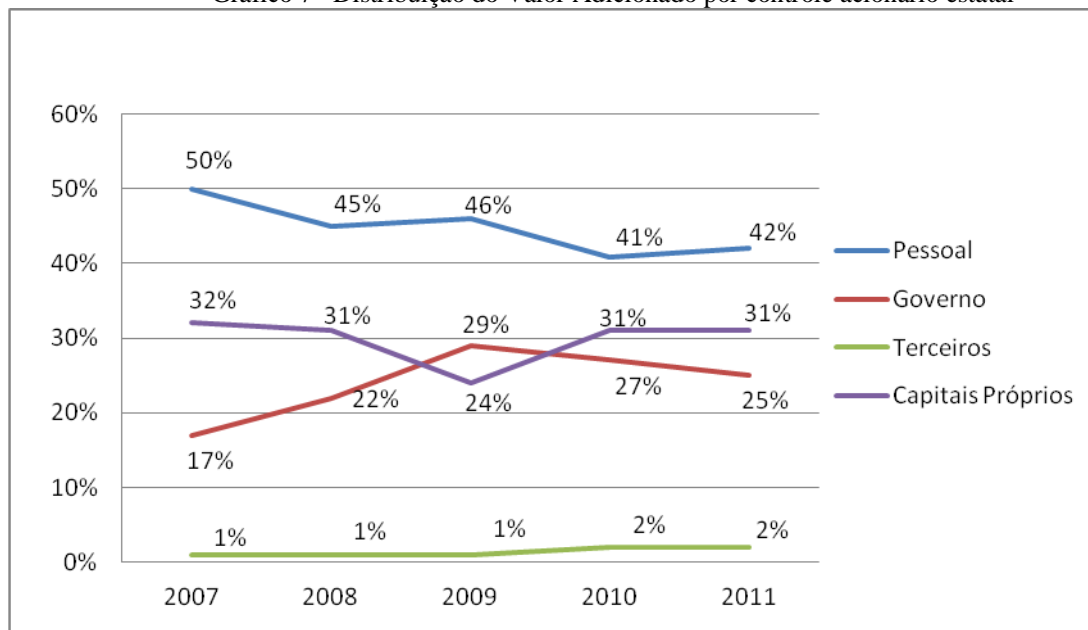
O terceiro agente econômico analisado é o representado pelo governo. Este agente econômico foi o terceiro em percentuais a receber a distribuição do Valor Adicionado. Em 2007, o agente recebeu 27% do valor distribuído. Em 2008, teve uma redução de seis pontos percentuais em relação ao valor distribuído. Em 2009, o agente teve uma elevação de sete pontos percentuais. A elevação do percentual em 2009 foi a maior em todo o período analisado. No ano seguinte, em 2010, houve uma redução de um ponto percentual. No final do período analisado, o agente teve uma redução de sete pontos percentuais. Sendo assim, o menor percentual da distribuição observado ocorreu no ano de 2011.

O agente econômico remuneração de capitais de terceiros teve o menor percentual de distribuição em todos os anos analisados. Em 2007, o agente econômico teve um ponto percentual. Nos demais anos, a distribuição foi de 2%. Essa baixa distribuição deve-se ao fato de que, na Demonstração do Valor Adicionado, os valores evidenciados são referentes a aluguéis. Devido a fato de não evidenciar os valores pagos como juros aos acionistas, as instituições bancárias apresentam baixos percentuais distribuídos à remuneração de capitais de terceiros.

3.3.3 Análise da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário estatal

Este item analisa a distribuição do Valor Adicionado através do controle acionário estatal. Para uma melhor análise dos percentuais da distribuição do Valor Adicionado no período de 2007 a 2011, tem-se o gráfico 7.

Gráfico 7– Distribuição do Valor Adicionado por controle acionário estatal



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o gráfico 6, observa-se que durante o período de 2007 a 2011, os maiores percentuais da distribuição do Valor Adicionado foram destinados ao agente econômico de pessoal. Em 2007, metade de toda a distribuição foi destinada ao agente. Em 2008, houve uma redução de cinco pontos percentuais. No ano seguinte, 2009, o agente econômico teve um aumento de apenas um ponto percentual. No ano de 2010, o agente econômico teve novamente uma redução no percentual recebido. Este percentual foi de cinco pontos percentuais comparados a distribuição realizada no ano de 2009. No ano de 2011, o percentual recebido foi de 42%, havendo assim, um aumento de apenas um ponto percentual. Observa-se que as maiores reduções aconteceram no período de 2008 e 2010, ambas em cinco pontos percentuais.

Para o controle acionário estatal, o segundo agente a receber os maiores percentuais da distribuição foi o de remuneração de capitais próprios. Em 2007, o agente recebeu na distribuição um percentual de 32%. Em 2008, o percentual recebido foi de 31%, tendo uma redução de um ponto percentual. No ano de 2009, houve uma redução de seis pontos percentuais. A redução na distribuição de 2009 foi a maior de todo o período observado para o agente econômico. No ano seguinte aconteceu uma elevação de seis pontos percentuais na distribuição do Valor Adicionado para o agente econômico. No último ano estudado, observa-se que o percentual distribuído manteve-se em 31%, o mesmo percentual de 2010.

O agente econômico representado pelo governo foi o terceiro em distribuição percentual do Valor Adicionado no período entre 2007 a 2009. O agente econômico teve um

aumento no percentual distribuído de cinco pontos percentuais em 2008 e sete pontos percentuais em 2009. Deste modo, o maior aumento percentual ocorreu no ano de 2009 para o agente econômico. Por outro lado, no período entre 2010 e 2011, houve uma redução nos percentuais da distribuição. Em 2010, a redução foi de dois pontos percentuais, a mesma redução observada em 2011.

O agente econômico remuneração de capitais de terceiros, manteve o mesmo comportamento observado para o controle acionário privado. Os percentuais distribuídos foram os menores quando comparados aos demais agentes econômicos. Para o período compreendido entre 2007 a 2009, o percentual da distribuição foi de 1%. Para o período seguinte, entre 2010 e 2011, o percentual distribuído foi de 2%, havendo assim o aumento de um ponto percentual entre os períodos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ultimo capítulo, são descritas as considerações finais tidas durante a realização do estudo, bem como, recomendações para pesquisas futuras.

4.1 CONCLUSÕES

O estudo realizado teve como objetivo analisar a distribuição do Valor adicionado das empresas listadas na BM&F Bovespa, no segmento de bancos nos exercícios sociais de 2007 a 2011. Para tanto, os dados foram tabulados e analisados de acordo com o controle acionário e com os agentes econômicos. A análise da Distribuição do Valor Adicionado por agente econômico teve como base os quatro principais agentes: pessoal, governo (impostos, taxas e contribuições), remuneração de capitais próprios e remuneração de capitais de terceiros.

O objetivo de analisar o comportamento do Valor Adicionado para os anos de 2010 e 2011 foi alcançado, já que houve a análise dos dados e a comparação da distribuição em separado aos demais anos. Quanto ao maior percentual da distribuição para os anos de 2010 e 2011, por agente econômico, observou-se que as maiores distribuições foram para a remuneração de capitais próprios e para o agente de pessoal. Na análise realizada para a distribuição do Valor Adicionado por controle acionário, nos anos de 2010 e 2011, foi observado que para o grupo de empresas com controle acionário estatal o maior percentual em distribuição foi entregue ao agente econômico de pessoal. Para as empresas de controle acionário privado, as maiores distribuições foram destinadas a remuneração de capitais próprios.

Os dados levantados para 2010 e 2011 foram comparados aos dados da pesquisa realizada por Rodrigues (2010). A pesquisa já realizada compreendeu o período de 2007 a 2009. O comparativo foi realizado através das análises em separado da distribuição do Valor Adicionado por controle acionário privado e estatal, bem como, pela distribuição de acordo com os agentes econômicos. Na análise realizada da distribuição do valor Adicionado por agente econômico foi observado que a maior parte da distribuição foi destinada a remuneração de capitais próprios. A segunda maior destinação foi para o agente econômico de pessoal.

O comparativo através do controle acionário agregou valor à pesquisa. Por meio da comparação entre a distribuição realizada pelas empresas de controle acionário, pode-se perceber o comportamento e as diferenças entre os dois grupos. No grupo de empresas de

controle acionário estatal, a maior distribuição foi destinada ao agente de pessoal. A segunda maior distribuição deu-se para a remuneração de capitais próprios. No grupo de empresas com controle acionário privado, as duas maiores distribuições diferenciam-se das empresas de controle estatal. As empresas de controle privado destinaram o maior percentual da distribuição para a remuneração de capitais próprios. A segunda maior distribuição foi destinada para o agente de pessoal.

Deste modo, percebe-se, através das análises realizadas que na população estudada, em termos percentuais, a maior destinação foi para a remuneração de capitais próprios. Para empresas de controle estatal, a maior remuneração foi para o agente de pessoal. No grupo de empresas de controle privado, o agente econômico mais beneficiado foi o de remuneração de capitais próprios. Sendo assim, conclui-se que o resultado apresentado na análise por agente econômico reflete a diferença na quantidade de empresas de controle privado no segmento de bancos listados na BM&F Bovespa, bem como, a política tida na distribuição da riqueza gerada, que se diferencia de acordo com o controle acionário.

4.2 OPINIÃO DO AUTOR

Através da pesquisa realizada sobre a distribuição do Valor Adicionado das empresas do segmento de bancos listados na BM&F Bovespa, a autora pode conhecer um pouco do comportamento da distribuição, em um breve período de cinco exercícios sociais. Por meio da pesquisa realizada houve a oportunidade aprofundar o conhecimento acerca da responsabilidade social, sua importância no ambiente organizacional, bem como, a importância do Balanço Social.

Embora não seja um demonstrativo obrigatório, o Balanço Social traz informações importantes no âmbito social da organização empresarial. Por outro lado, as organizações de capital aberto possuem a obrigatoriedade de publicação da Demonstração do Valor Adicionado. Esta obrigatoriedade agregou valor às outras demonstrações já obrigatórias, já que os dados evidenciados pela DVA em relação à distribuição da riqueza, não estão disponíveis nas outras demonstrações. Deste modo, o autor acredita que este seja o grande diferencial da demonstração, como também o valor agregado a obrigatoriedade exigida através da lei nº 11.638/2007.

4.3 RECOMENDAÇÕES

Com o intuito de incentivar estudos futuros sobre o tema, pode-se recomendar os seguintes estudos:

- Analisar em um período maior de tempo a distribuição do Valor Adicionado;
- realizar este estudo em outro segmento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LEI 11.638/2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1> Acesso em 01 de setembro de 2012

BRASIL< LEI 6.404/64. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em 01 de setembro de 2012

BALANÇO SOCIAL. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/media/PL_3116-97.doc> Acesso em 02 de novembro de 2012

BALANÇO SOCIAL. Disponível em:
<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em 02 de novembro de 2012.

BALANÇO SOCIAL. Disponível em:
<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=166&sid=12>> Acesso em 02 de novembro de 2012

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – **Pronunciamento Técnico 09 (CPC09)**, Demonstração do Valor Adicionado, de 30-10-2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=23>>

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

FENABAN. Disponível em:< http://www.febraban.org.br/neg_comunicados.asp> Acesso em 22 de novembro de 2012

FEBRABAN. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/>> Acesso em 22 de novembro de 2012

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br/Secao.aspx?CodSecao=18>> Acesso em 10 de julho de 2012

INSTITUTO ETHOS. Disponível em:
<<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/indicadores/#.UJQZqW-RTvk>> Acesso em 02 de novembro de 2012.

- KARKOTLI, GILSON. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- KARKOTLI, Gilson; ARAGÃO, Sueli Duarte. **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LUCA, Márcia Martins Mendes De. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARION, José Carlos; REIS, Arnaldo. **Contabilidade avançada**: para concursos públicos e cursos de graduação de ciências contábeis. São Paulo: Saraiva 2006.
- PETRENCO, Solange Aparecida. **Contabilidade e seu valor probante**. 2ª Ed. Curitiba. Juruá, 2009.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade avançada**. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRIGUES, Tiago de Britto. **Demonstração do Valor Adicionado**: um estudo sobre o valor distribuído pelas empresas do segmento de bancos da BM&F Bovespa. Monografia. UFSC: 2010.
- SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudo, projetos, relatórios, monografia, dissertações, teses. São Paulo, Atlas, 2003.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão Socioambiental**: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- VELLANI, Cassio Luiz. **Contabilidade e responsabilidade social**: integrando desempenho econômico, social e ecológico. São Paulo: Ed Atlas, 2011.